



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

DILCILENE REIS DA SILVA

**COMPREENDER A EXPERIÊNCIA DE LUTAS DOS PAIS DE CRIANÇAS
AUTISTAS PELO DIREITO A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA-PÁ**

ALTAMIRA

NOVEMBRO/2022

DILCILENE REIS DA SILVA

**COMPREENDER A EXPERIÊNCIA DE LUTAS DOS PAIS DE CRIANÇAS
AUTISTAS PELO DIREITO A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA - PÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Educação, Campus Universitário
de Altamira, da Universidade Federal do Pará
como requisito básico para a conclusão do
Curso de Pedagogia.

Professora Orientadora: Dr^a: Roseane Rabelo

ALTAMIRA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- R375c Reis da Silva, Dilcilene.
Compreender a Experiência de Lutas dos Pais de Crianças Autistas pelo direito a educação no município de Altamira- PA / Dilcilene Reis da Silva. — 2022.
VIII, 25 f.
- Orientador(a): Prof^ª. Dra. Roseane Rabelo Souza Farias Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, Faculdade de Educação, Altamira, 2022.
1. Autismo. 2. Educação Inclusiva. 3. Direitos. 4. Lutas. I.
Título.

CDD 616.85882

**COMPREENDER A EXPERIÊNCIA DE LUTA DOS PAIS DE CRIANÇAS
AUTISTAS PELO DIREITO A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA- PÁ**

Elaborado por

DILCILENE REIS DA SILVA

Como requisito para obtenção do grau de

Licenciada em Pedagogia

Apresentado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. (Orientador)

Prof. (Membro da Banca Examinadora)

Prof (Membro da Banca Examinadora)

ALTAMIRA

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, aos meus pais Francisco e Joana e meu esposo Bruno por toda dedicação e compreensão ao longo do curso e pelo incentivo à realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela força e perseverança durante o curso e pela vitória de me formar como Pedagoga.

A minha orientadora e Prof. Dr. Roseane Rabelo, pelo apoio e incentivo a minha pesquisa e pela oportunidade de poder desfrutar um pouco de seus conhecimentos.

Aos meus Professores da faculdade de Educação, do curso de Pedagogia pelo auxílio no desenvolver do meu trabalho e por todo ensinamento transmitido a nós, alunos, ao longo do curso.

Aos meus pais Francisco Souza e Joana Reis, por todo o carinho, dedicação e esforço na concretização de um sonho que hoje podemos desfrutar juntos.

Ao meu esposo Bruno Rocha de Oliveira que sempre ao longo desses anos de curso me deu não só força, mas apoio para vencer essa etapa da vida acadêmica. Obrigada, meu amor, por suportar as crises de estresse e minha ausência em diversos momentos.

A toda minha família e colegas de trabalho que, de alguma maneira, ajudaram-me ao longo desses anos.

As minhas amigas, Maely e Marinalva que compartilharam de todos os momentos felizes e tristes e que apesar das fases difíceis, nunca se afastaram, estavam sempre me apoiando em todas as decisões tomadas. Por ajudar na formatação do trabalho principalmente pela verdadeira amizade de longos anos.

Em especial, as minhas tias, Neusa, Dalva, Sergina e Lurdes que além de toda a convivência durante as etapas da minha vida, hospedou-me na casa de minha vovó onde todas ficam na cidade de Altamira- PÁ, para a realização deste trabalho.

A minha tia Devanir que levava até a Universidade, com todo carinho, amor e confiança me concedia o seu transporte quando não poderia me levar.

A todos os meus amigos e colegas de sala: Arlete, Jane, Sueide, Joana, Iza e Daniela pelos anos de experiência que passamos juntos nesses últimos quatro anos; pelos momentos vividos; pelas agradáveis lembranças que nunca sairão do meu coração e pela eterna amizade consolidada entre todos nós.

Finalmente, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

RESUMO

A pesquisa refere-se a um estudo de investigação bibliográfico- exploratório que buscou compreender a experiência de luta dos pais de crianças com Transtorno do Espectro Autista pelo direito à educação no município de Altamira- Pará. Sabemos que o maior desafio atualmente é proporcionar uma educação de qualidade, sem distinções e para isso deve garantir os direitos para pessoas diagnosticadas com autismo por meio das leis e de movimentos ao qual vem assegurar espaços mais inclusivos e respeitosos e também seus direitos. Propôs como objetivo geral: compreender a experiência de lutas dos pais de crianças autistas pelo direito a educação. E como percurso metodológico se utilizou de uma abordagem de cunho qualitativo com enfoque bibliográfico com caráter exploratório sendo eles, levantamento de fontes para composição do acervo publicado nos últimos cinco anos, constantes no portal de Periódico da SciELO, *Google acadêmico* e fontes seguras que contenham materiais referentes ao autismo, políticas públicas e educação inclusiva. Para enriquecer esta pesquisa fez- se necessário para obtenção de dados, um roteiro para entrevista aberta com três perguntas através do programa do *Word* e *WhatsApp*; isto e devido ao momento atípico que vivenciamos em decorrência a pandemia do Corona vírus. Conclui- se o quão é importante à participação dos pais, da comunidade escolar e do apoio das pessoas ao redor da criança com autismo desde o princípio, no diagnóstico, como no tratamento e na evolução das práticas educativas e sociais.

Palavras-chave: Autismo, Direitos, Educação Inclusiva; leis, lutas.

ABSTRACT

The research refers to a bibliographic-exploratory research study that sought to understand the struggle of parents of children with Autistic Spectrum Disorder for the right to education in the municipality of Altamira-Pá. We know that the biggest challenge today is to provide a quality education, without distinction, and for that, it must guarantee the rights of people diagnosed with autism through laws and movements to which it comes to ensure more inclusive and respectful spaces and also their rights. It proposed as a general objective: to understand the experience of struggles of parents of autistic children for the right to education. And as a methodological path, a qualitative approach was used with a bibliographic approach with an exploratory character, being them, a survey of sources for the composition of the collection published in the last five years, contained in the SciELO Journal portal, academic Google and safe sources that contain materials related to autism, public policies and inclusive education. To enrich this research, it was necessary to obtain data, a script for an open interview with three questions through the Word and WhatsApp program; this and due to the atypical moment we are experiencing as a result of the Corona virus pandemic. It is concluded how important the participation of parents, the school community and the support of people around the child with autism is from the beginning, in the diagnosis, as well as in the treatment and in the evolution of educational and social practices.

Keywords: Autism, Rights, Inclusive Education; laws, fights.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	11
1.2	AUTISMO NA ESCOLA.....	13
1.3	INCLUSÃO DE PESSOA COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA: CONVIVENDO COM O TEA, LEIS E DIREITOS.....	14
2	METODOLOGIAS	16
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
3.1	CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS.....	18
3.2	IMPACTO DO DIAGNÓSTICO DE AUTISMO NA FAMÍLIA.....	21
3.3	DESAFIOS DOS ALUNOS AUTISTAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS.....	23
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
5	REFERÊNCIAS	28
	APÊNDICE	30

1 INTRODUÇÃO

A proposta desse trabalho de pesquisa ser atrela em compreender a experiência de lutas pelo direito aos filhos com Transtorno do Espectro de Autismo, empregadas para o desenvolvimento das crianças, jovens e adultos autista no âmbito da Educação Inclusiva No município de Altamira- Pará. Deve- se pensar que o autismo não é algo novo, mas que vem sendo questionado a respeito dos seus sintomas e tratamentos, bem como as características dos vários métodos desde como avaliar as capacidades, como também reconhecer as limitações de uma pessoa com autismo durante todo o processo de ensino e de aprendizagem.

Este projeto origina-se no âmbito do curso de Pedagogia, sendo parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) feito na Universidade Federal do Pará, da Faculdade de Educação do Campus de Altamira- PÁ/UFPA, que tem como finalidade á apresentação oral e escrita das práticas pedagógicas.

A educação precisa chegar além do indivíduo para além do conteúdo e vê o mesmo como um todo, portanto é algo que está na nossa vida, e a Educação inclusiva é um ensino que faz atendimento a educação de pessoas com alguma deficiência, altas habilidades e transtornos globais de desenvolvimento como é o caso do Transtorno de Espectro Autista (TEA).

Apesar de ser um transtorno que afeta o desenvolvimento do cérebro, o mesmo não causa males físicos por si só. Os seus sintomas podem causar problemas na linguagem, dificuldades na comunicação e na interação social como também no comportamento das pessoas. Como depende muito do grau do autismo muitos podem levar a vida “normal”, enquanto outros precisaram de um acompanhamento ao longo de sua vida. Por isso as pessoas com autismo podem ter dificuldades de ensino e de aprendizagens nas diversas fases da vida, como exemplo, na escola e em atividades do dia a dia. E por isso, acaba envolvendo não somente a criança ou o jovem com autismo mais a todas as pessoas que estão ao seu redor como a família, e no período escolar, os professores e comunidade escolar.

Desse modo escolhi esse tema da Educação Inclusiva com enfoque no ensino de pessoas com autismo, porque tem sido um assunto que tem preocupado os profissionais da Educação e também pais de crianças com autismo que tem ampliado os interesses e lutado pela garantia dos direitos previstos nas leis para famílias e instituições.

Assim esta pesquisa tem foco em compreender a jornada de pais que desde o princípio do diagnóstico de seus filhos tem lutado através de movimentos para assegurar e garantir o

direito a educação. Durante o Estágio Supervisionado da Educação Especial, foi apresentado às práticas de ensino e de aprendizagem de crianças com autismo, com o levantamento de dados percebi que graças às leis educacionais brasileiras que vem a cada dia modificando, melhorando o acesso e a permanência para ter uma educação de qualidade, ao qual alcance a todos os indivíduos, levando em consideração as suas diferenças e modo de aprender, para ter seu acesso assegurado no ensino regular e privado.

Durante algumas pesquisas que embora muitos cientistas e pesquisadores viessem intensificando os estudos acerca do Autismo, vários mitos e lugares comuns têm feito com que os profissionais para diagnosticar uma criança com autismo sendo psicólogo e pediátricos demore em identificar os sinais, e até mesmo dentro de casa com os familiares pela falta de conhecimento do desenvolvimento Infantil acaba retardando para o diagnóstico e tratamento.

Sendo assim não basta somente às leis; percebe que no processo á algumas lacunas que se tornam barreiras para todas as pessoas com deficiência diagnosticadas com autismo e ficamos a questionar: **os direitos garantidos pelas leis estão sendo colocadas em vigor no dia a dia da criança com autismo? Quais são as dificuldades e possíveis habilidades aos quais os pais tem tido com seu filho autista no ensino escolar?**

O autismo é uma condição medica pouco compreendida pelas pessoas, que faz de uma pessoa, um ser único na sociedade, independente do grau do autismo entre os indivíduos o que vemos é que quando falamos de autismo é uma palavra que assusta os familiares, educadores e muitas pessoas da sociedade por resultado a falta de conhecimento e diagnóstico tardios. Assim, todas as pessoas da sociedade devem ter mais orientações necessárias para estimular e eliminar o preconceito com pessoas autistas. Graças a muitos movimentos sendo palestras, encontros e associações e lutas dos pais e mães que ao longo dos anos vem reivindicando os direitos de seus filhos com autismo junto aos governos e parcerias com pessoas que querem que sejam respeitadas em todo o mundo.

Partindo do princípio, tendo como objetivo geral compreender a experiência de luta de pais de crianças com Transtorno do Espectro Autistas pelo direito à educação pode especificar os seguintes objetivos específicos;

- Identificar os primeiros sinais no desenvolvimento da criança com autismo que gerou preocupação para os pais
- Destacar os primeiros encaminhamentos a partir da constatação do autismo
- Elucidar os acertos e desafios ao longo da caminhada vivenciada na escolarização

Esta pesquisa bibliográfica- exploratório se deu em meio a tantos outros temas devido à curiosidade de entender melhor os desafios dos pais de crianças autistas pelo que tem enfrentado

após o diagnóstico e quais suas buscas pela melhoria na qualidade de vida de seus filhos. E por sermos da área da Educação houve a necessidade de ter aprofundamento sobre a Educação Inclusiva voltada ao um tema muito falado e questionado que é o autismo, e ao mesmo tempo entender a inclusão na escola como o processo de busca por melhoria na qualidade de vida de pessoas autistas.

Refere-se em abordar os conhecimentos mais relevantes nas diretrizes do TEA, visando um exercício que vai além da identidade, para o diagnóstico e tratamento tendo intervenções nas esferas mais significativas que os engloba: a compreensão e experiência de luta por direitos a educação dos pais com seus filhos autistas, ao qual fez com que se levanta a seguinte hipótese de imediato é que muitas escolas no Brasil está despreparada para a inclusão, pois a inclusão no nosso país é desafiador devido à estrutura educacional, apesar dos cursos para preparar os profissionais na educação o processo de ensino e de aprendizagem ainda enfrenta dificuldade em ensinar todas as crianças com suas diferentes formas de aprender e com suas particularidades. E após o diagnóstico as dificuldades são muitas que a família enfrenta na sociedade como veremos a seguir.

1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação é um direito de todos e, é essencial para o desenvolvimento do ser humano, sendo um meio para construção de uma sociedade livre, justa e transformadora, assim como o direito da educação a pessoas com deficiência é uma forma de concretizar a diversidade. Historicamente foi um processo de luta muito grande para garantir o direito à educação para pessoas com deficiência tanto epistemologicamente como politicamente.

Por muito tempo pessoas com transtornos como o autismo era negado direito à educação e as escolas eram tradicionalmente intolerantes a pessoas com algum tipo de deficiência.

Na história antiga e medieval a rejeição e eliminação de pessoas eram constantes em muitos lugares do mundo, como na Roma Antiga e Esparta pelo fato de serem pessoas atípicas que não era considerado comparado a outros da sociedade de “normais”. Já no Antigo Egito não existia a eliminação para esses indivíduos, porém havia preconceito contra essas pessoas, pois muitos; como os médicos acreditavam segundo o Pereira e Saraiva (2017, p.170, 171) que,

[...] as doenças graves e as deficiências físicas ou os problemas mentais graves eram provocadas por maus espíritos, por demônios ou por pecados de vida anteriormente que deviam ser pagos. Dessa maneira, os deficientes não podiam ser debelados a não

ser pela intervenção dos deuses, ou pelo poder divino que era passado aos médicos-sacerdotes, especializados nos chamados “Livros Sagrados” sobre doenças e suas curas.

Com o passar do tempo com o advento do cristianismo Pereira e Saraiva (2017, p. 172) afirma que esse cenário começou mudar, pois entendia que pessoas com deficiência que fosse de nascença ou derivado de alguma batalha nas guerras eram pessoas de Deus e tinham alma e necessitavam de cuidados.

E para que fossem aceitos na sociedade como seres pensantes capazes de aprender, refletir e exercer uma função na sociedade se deu através de organizações favoráveis. No século XIX na França foi quando surgiu educação especial por Jean Itard, que elaborou o primeiro programa sistemático de educação especial, sendo assim considerado o pai da Educação Especial (RODRIGUES, 2017). Mas, a segregação de pessoas com deficiência fez com que houvesse a separação da criança até mesmo do adulto tirando o acesso ao ambiente da escola regular e de criar laços com outras pessoas.

Nos anos 30 no Brasil com a escola novista que se preocupava em uma educação laica e gratuita com interesse em reduzir a desigualdades sociais, a preocupação se concentrou no desenvolvimento nas reformas educacionais, no entanto ficou uma lacuna na educação para todos. Ainda no Brasil, década de 50 pelo D. Pedro II houve criação de instituto e escolas para deficientes visuais e “surdos-mudos”, começava surgir uma preocupação para pessoas com necessidade educacionais especiais (UNIVERSIA, 2019), mesmo que fosse separada das demais crianças consideradas “normais”, nesse mesmo período em 1874 foi criado hospital como assistência médica para pessoas com transtorno de desenvolvimento intelectual, conhecido também por Deficiência Intelectual (DI).

O marco da educação para todos se instituiu com a constituição de 1988 no artigo 208 inciso III, no que diz ser dever do estado à garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, a declaração de Salamanca em 1994 que declara á aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso a escola regular, acomodá-los a uma pedagogia centrada na criança. A LDB de 1996 pensada em uma educação especial e inclusiva para todas as crianças sendo este gratuito na rede regular de ensino.

A educação inclusiva ainda é um assunto novo no Brasil, necessitam gradativamente do apoio e recurso do governo para dar assistência técnica e financeira, também adaptação e previsão de recursos em sala de aula com formação da equipe inclusiva. O professor,

coordenador e gestores devem estar atentos à criação do Projeto Político Pedagógico (PPP), para assim garantir a qualidade de ensino e de aprendizagem.

1.2 AUTISMO NA ESCOLA

O Autismo é um nome simplificado que se dá ao Transtorno de Espectro Autista (TEA)¹, e se caracteriza como um transtorno no desenvolvimento do cérebro que afeta a comunicação e a socialização, sendo notados nos primeiros anos da infância, e podem ser diagnosticadas de 18 meses a três anos de idade, pois quanto mais cedo diagnosticado e começar os tratamentos, melhor será para a vida dessa criança. Existe apenas uma única classificação que podem variar os sintomas de leve, moderado a severa em cada pessoa.

Segundo a sociedade americana de autismo mais conhecida como *Autism Society of American* — ASA, sigla em inglês, de 20 a cada 10 mil nascimentos são afetados pelo TEA, que são comuns o número maior em crianças do sexo masculino do que o sexo feminino (Portal Medicina. in, 2021).

Este transtorno foi mencionado de acordo com Gonçalves (2017), através de um artigo denominado “Distúrbios Autistas do Contato Afetivo” que no qual:

[...] Divulgou os resultados obtidos em uma pesquisa realizada com 11 crianças. A maior parte das características observadas nesse estudo ocorreu na primeira fase do desenvolvimento infantil, destacando-se a ausência ou inabilidade de manter relações interpessoais compostas pela tríade afetivo-emocional-verbal, a presença de comportamentos repetitivos e estereotipados, além de um repertório limitado de interesses. Surge a descrição da sintomatologia do autismo.

Foi crescendo os estudos sobre o autismo e já no ano de 2012 com Lei 12. 764/ 2012 que foi batizada por “Lei Berenice Piana”. O nome da lei deu-se pela co- autora que é mãe de três crianças sendo o caçula autista, também sendo militante instituiu a lei a favor da política nacional de proteção dos direitos da pessoa com autismo.

Visto como um tipo de deficiência a escola deve assim como as outras demais deficiências promover recursos, capacitar seus profissionais e adequar a infraestrutura da

¹Os especialistas da saúde, voltados para síndromes neurobiológicas e afins, utilizam determinados guias que os auxiliam por meio de uma lista que disponibiliza os distúrbios mentais e os possíveis critérios para diagnosticá-los. O mais utilizado é o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Assim existem versão e edições do DSM ao qual o mais usado recentemente era o que havia sido publicado em 1994 o DSM-IV. De acordo com o mesmo, o conjunto de desordens intelectuais era denominado TGD. Dentro desse grupo havia o Autismo, Síndrome de Rett, [Síndrome de Asperger](#), Síndrome de Heller, entre outros. Com a chegada do DSM-V, tudo isso passou a ser incluído no Transtorno do Espectro Autista (TEA). A única divisão passou a ser, então, os graus leve, moderado e severo (NEUROSABER, 2018 s/p).

escola, visando sua inclusão social procurando apoio com demais profissionais e familiares, parceiras como um deles é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), e busca por diferentes recursos de tecnologias para melhoria no seu desenvolvimento.

1.3 INCLUSÃO DE PESSOA COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA: CONVIVENDO COM O TEA, LEIS E DIREITOS

O tema autismo tem sido muito questionado em todo o mundo, por vê- lá preocupação de gestores da educação, pais e familiares, acadêmicos e profissionais em questão a fatores metodológicos, a ter conhecimento maior sobre o tema. Apesar de há tempo, cientistas venham tentando explicar a razão do autismo, como também a garantia de políticas públicas visando garantir os direitos e deveres das pessoas com autismo, pois foram isolados e não se falava no mesmo por não ter conhecimento do transtorno. No Brasil, quando surgiu por parte dos governos em acolher pessoas diagnosticadas com autismo e dar a elas os seus direitos, foi tardia.

As políticas públicas e as leis são importantes para que crianças e adolescentes e adultos tenham condições de igualdade na sociedade. Pois perante a Constituição Federal que institui o estado democrático de direito sendo que;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...], (BRASIL, 1988).

Nessa busca a luta por direito para pessoas com autismo está mais acessíveis circulando por meio de comunicação, através de redes sociais, acadêmicos e dentre outras pessoas fazendo movimentos que se empenha em saber mais, tirar dúvidas diminuindo preconceitos. Mas, essa luta deu- se por meio dos grupos compostos por pais e familiares às quais criam suas próprias iniciativas para ter apoio de todos ao seu redor principalmente dos governos para eliminar a carência de recursos e amparo de instituições públicas para acolhimento de crianças autistas (OLIVEIRA; et al, 2017, p. 708).

Uma iniciativa popular no Brasil, a primeira pessoa a conseguir aprovação de uma lei foi uma mãe chamada Berenice Piana, sendo mãe de um menino autista. Foi um trabalho bem árduo e a corrida por exercício de direito surgiu porque a necessidade era muito grande, pois no nosso país o conhecimento do autismo pelos profissionais era bem difícil e na fala da própria Berenice em uma entrevista, ela diz que teve que estudar sozinha e dar o diagnóstico para o seu filho mais novo que tinha autismo, pois os profissionais diziam que era doença neurotípicas,

(PIANA, 2021). Com estudos e dedicação da mãe em ajudar seu filho, com quatro anos de muito esforço foi diagnosticado com Autismo e seu filho precisava de muitos acessos e esses não era garantido, sofria preconceito e a Berenice procurava ajuda no sistema público, mas não encontrava. Quando conseguiu o diagnóstico e tratamento do seu filho lutou pelos direitos não só do seu filho mais de todas as crianças, jovens e adultos diagnosticados com autismo.

Assim surgiu a Lei 12.764 de 27 de Dezembro de 2012, a qual institui a política de Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, sendo considerada pela lei a deficiente. A lei estabelece no inciso I e II a todas as pessoas com autismo caracterizadas por seguintes situações;

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos, (BRASIL, 2012).

No art. 2 da Lei Berenice Piana diz que são direitos da pessoa com TEA, ter a articulação em diversos setores, ter uma vida digna, a proteção de qualquer forma de abuso e exploração, acessos a serviços e princípios básicos como a saúde. Os acessos são a educação, pois as escolas devem ser adequar para garantir o processo de ensino e de aprendizagem na rede escolar, também a moradia, pois é um ser humano capaz de pensar e ter um lugar na sociedade e exercer uma vida plena e ao mercado de trabalho, a assistência social e previdência social.

Todos esses direitos e acessos também são assegurados como dito em Brasil (2012), e as políticas públicas precisam contar com a avaliação e acompanhamento da comunidade, pois a cada dia vemos crianças sendo diagnosticada com autismo sendo preciso a procura por mais conhecimento, pois pode ser mudado ou acrescentado como direitos e deveres na lei tendo um controle social sobre a implantação.

Ao observar que a Lei Berenice Piana foi recentemente alterada por meio da Lei 13.977/ 2020, lei que foi batizada por nome Romeo Mion. Bem nova a lei entrou em vigor e já tem um ano, com autoria da deputada Rejane Dias, a lei foi batizada por Romeo Mion que é um rapaz de 16 anos autista, sendo filho do apresentador de TV, Marcos Mion a qual é um dos principais admiradores da medida. Nada mais é do que a emissão de carteira de identificação de pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), segundo Brasil (2020) com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.

A lei também altera a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996. Segundo a Lei Romeo o uso da carteira não é obrigatório mais dará ênfase e dentre outros benefícios para as crianças, jovens ou adultos com autismo como atenção integral e pronto atendimento e acesso a áreas que envolvem saúde, educação e assistência social. Devido à pandemia da nova Corona vírus covid- 19 o processo de execução está seguindo de forma lenta mais o objetivo é a carteira está em vigor em todo o território nacional.

Além da Lei Berenice Piana outra lei que institui a lei de inclusão da pessoa com deficiência é a lei pelo nº 13. 146 de 2015. Assegura e promove igualdade, exercício de direito e liberdade para pessoas com deficiência. Todos os direitos iguais para todos os meios à comunicação, acessibilidade, adaptações, tendo assim toda a igualdade à oportunidade na sociedade em várias esferas como; o direito a escola, ao hospital e não obstante comprar um carro, ter seus benefícios sociais como passe livre e pagamento de uma tarifa social de energia elétrica (BRASIL, 2015).

Com todas essas leis e movimentos que estão a favor e assegura os direitos de pessoa com autismo, mesmo assim ficam indagações: Será que com todos esses acessos assegurados ainda sim, existe algum desrespeito sobre a lei? Sendo órgãos públicos ou privados? É importante saber que todas elas estão em vigor e todas as pessoas com autismo e aqueles que estão apoiando e lutando pelos direitos de pessoas com autismo deve ter o devido respeito.

2 METODOLOGIAS

A partir do objetivo central que destaca em compreender a experiência de luta de pais de crianças autistas pelo direito à educação em Altamira- Pá, a pesquisa se direciona a um estudo bibliográfico com caráter exploratório. Nesta concepção ressalta que este tipo de pesquisa como discutida por Gil (2002, p. 41) é desenvolvida com bases em trabalhos já publicados, constituindo principalmente artigos e livros científicos acompanhados de entrevistas com pessoas que tem experiência sobre o assunto.

Para estruturar a pesquisa foram realizados primeiramente levantamentos sistemáticos acerca da temática, os dados coletados foram analisados de forma qualitativa, conforme Marconi e Lakatos (1992, p. 42) explicam que a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre

as investigações, atitudes e tendências de comportamento. Assim, o que percebemos é que a ênfase da pesquisa qualitativa é nos processos e nos significados.

Para obtenção dos dados, foi feito um roteiro de entrevista, com o total de três perguntas, através do programa Microsoft Word 2010, em decorrência ao distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19. A coleta dos dados foi obtida pelo *Google meet*, com uma entrevista aberta no município de Altamira- Pará. A entrevista aberta tem sua estrutura em que o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem a liberdade de discorrer sobre o tema, o entrevistador é somente ouvinte e interfere em caso de extrema necessidade.

A pesquisa científica está presente em todas as esferas onde encontra a ciência, ao qual serve para analisar, aprimorar as ideias e descoberta de intuições tendo várias modalidades ao qual uma delas é a pesquisa exploratória. Esta pesquisa foi feita através de materiais já publicados em livros, artigos científicos, dissertações e trabalhos de conclusão de curso em consonância de entrevistas com pessoas voltadas ao assunto e análise para estimular a compreensão.

Sabemos que este meio de pesquisa tem suas etapas em sua realização e se caracteriza pelo levantamento de dados de bibliografia e serve de primeira mão para dar segurança ao pesquisador sobre o que está sendo escrito e fazer com que o mesmo tenha contato direto com tudo aquilo que já foi escrito determinado assunto (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 44). Assim, através de analisar todo o material ali presente o pesquisador poderá guiar suas informações com auxílio de um documento que fala sobre o mesmo assunto já debatido; porém sempre tendo em mente que o problema ao qual está sendo pesquisado pode ter rumos diferentes ao analisar e tentar solucionar.

Com caráter exploratório a pesquisa leva o pesquisador, frequentemente, à descoberta de enfoques, percepções e terminologias novas para ele, contribuindo para que, seu próprio modo de pensar seja modificado. Isto significa que o mesmo vai ajustando suas percepções à percepção dos entrevistados. Portanto, este tipo de pesquisa tem uma vantagem para o pesquisador, onde terá muitas informações sobre o tema, do que se fora procurar a campo, que conseqüentemente, teria mais barreiras para conseguir todas as informações para a pesquisa, sempre buscando sites que tenham total segurança das informações serem verídicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os sujeitos desta pesquisa como mencionados são pais de crianças com autismo. Tendo como participante da pesquisa quatro entrevistados (três mães e um pai), a qual o quantitativo dos entrevistados deu-se através da disponibilidade dos pais.

Neste momento será desenvolvida análise de dados da pesquisa a qual alcançou a quantidade suficiente e significativa para alcançar os objetivos da pesquisa. Inicialmente foi feito a seleção dos participantes para em seguida ter a discussão dos depoimentos de acordo com os objetivos. Desta forma foi organizada através da pesquisa, a seguinte: 1º a caracterização dos sujeitos e 2º análise e discussão dos dados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

A pesquisa teve quatro participantes, a qual destacará abaixo o fator sócio biográfico, como; ordem familiar, idade dos pais, sinais de autismo na família e si o filho possui outras deficiências.

Tabela 1 – dados dos sujeitos da pesquisa;

Ordem familiar	Idade	Sinais de Autismo na Família (Sem ser o filho)	Filho possui outra deficiência
MÃE I	34 Anos	Não	Transtorno de déficit de Atenção e Hiperatividade (TDH)
MÃE II	35 Anos	Não	Não
MÃE III	38 Anos	Não	Não
PAI I	45 Anos	Não	Deficiência Intelectual Moderada

Ao observar a tabela os que participaram da pesquisa são a maioria mães e suas idades são de pessoas adultas, com as idades bem próximas as das outras. Os de seus filhos a idade varia entre 4 a 12 anos. Os mesmos faz parte da associação TEA's do Xingu, fundada em 19 de Novembro de 2021 no município de Altamira-Pá, com atividade principal a defesa de direitos sociais para crianças autistas. Também foi possível identificar durante a entrevista se o filho

poderia ter outras deficiências ou transtorno e entre as quatro crianças, duas têm TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) e TDH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade).

Na entrevista a resposta aos quais os pais se disponibilizaram, foram bastante pertinentes que incitaram a busca por diálogos com referências. E neste de descrição e análise dos dados foi categorizados a partir das perguntas chaves referentes às questões levantadas durante a entrevista ao qual destacara abaixo:

1. Poderia falar um pouco em quais foram os primeiros sinais no desenvolvimento da criança com autismo que gerou certa preocupação?
2. Quais foram os encaminhamentos a partir da constatação do autismo?
3. Quais foram os acertos e desafios ao longo da caminhada vivenciada na escolarização?

Aos primeiros sinais que os pais poderão identificar no desenvolvimento do filho com autismo que tornou preocupante eles relatam que;

Normal, pra mim era normal, pra mim era um bebê normal, só tinha uma peculiaridade que ele chorava muito a madrugada aos dois aninhos, era um choro assim que eu não sabia da onde era que vinha que ele por não falar, ele chorava muito e pra mim estava doendo algum canto e sempre tive uma dipirona, e ibuprofeno infantil pra dar para o menino, e era como ele se acalmava, dormia, si ele tivesse sentindo alguma dor e dava ali ele dormia, mas fora isso foram tranquilos nos primeiros anos de vida eu não percebi nada eu vim perceber já aos dois anos e seis meses porque ele não falou, teve um atraso na fala (MÃE I, 2022).

Quando a criança tem um comportamento ou um sintoma que o pai começa a notar que aquilo não estar certo, a primeira ação do pai é procurar a solução, e na maioria dos casos de crianças com TEA, os sinais são típicos que os preocupam. Em bebês como, a maneira de se comunicar com os outros e com ele mesmo, através do olhar, em apontar mostrar e dar objetos e expressões emocionais (ZANON, *et al*, 2014 p. 27). Esses sintomas não aparecem em todas as crianças, pois nem todas as características são iguais do autismo e muitos pais só desconfiam com outros sinais que podem surgir como o atraso na fala sendo o caso do filho da entrevistada MÃE I que só veio perceber aos dois anos quando viu um atraso na fala. Diferente do caso da MÃE I o filho do PAI I aconteceu uma regressão em sua comunicação, pois;

Com dois anos e nove meses, mas aproximadamente com três anos, dentro do contexto da criança com dois, três anos ele já falava absolutamente tudo, papai, mamãe e de repente ele cortou a fala ele deixou de falar assim do nada, e agente começou um processo de investigação (PAI I, 2022).

São poucos os casos de crianças que acontece de ter autismo e se comunicar gestualmente, falar e depois perder suas habilidades de expressões e de comunicação. Para efetivar a perda de algumas habilidades que possuía o instituto Neurosaber afirma que;

A maioria das crianças autistas que experimentam regressão geralmente apresenta alguns atrasos no desenvolvimento de suas habilidades e até mesmo passam pela perda de algumas das habilidades que alcançaram. Isso tende a ocorrer antes dos 3 anos de idade. Em média, a idade da regressão é de 21 meses. Um estudo feito pelo jornal *Development and Psycho pathology*, descobriu que apenas 6% das crianças diagnosticadas perdem todas as suas habilidades já adquiridas. E esses 6% já apresentavam limitações nessas capacidades antes do diagnóstico (NEUROSABER, 2021).

Quando o pai percebe um sinal de que tem algo “anormal”, inicia um processo de investigação, onde a criança por meio de um profissional é avaliada e dará o possível diagnóstico do autismo. Neste processo de investigação é um grande desafio para os pais por que os primeiros anos de vida são marcados por muitas dificuldades e de acordo com Duarte (2019), os pais estão na expectativa de seu filho igualmente descreve que desde o anúncio até a chegada do bebê os pais planejam e sonham o futuro do seu bebê. Mediante a isso, não foi diferente com a entrevistada MÃE II que em suas palavras;

Eu sou mãe do B. meu anjo Azul, eu sou muito nervosa para falar assim dele, eu descobri o autismo do B. ele nasceu prematuro de 26 semanas e eu nunca queria aceitar que ele era autista, as pessoas falava pra mim que ele tinha traços de autismo que poderia ser porque ele não sentava, não falava, não andava, foi passando o tempo com um ano e meio ele ainda não falava, não andava e minha irmã falou assim: olha acho que o B. é autista, vamos procurar um neuro, e eu fui para Belém e iniciei o tratamento dele (MÃE II, 2022).

A MÃE III destacou algo importante que acontece com muitos pais de crianças autistas por demorar o diagnóstico, esse processo de investigação em saber o que o filho tem gera ansiedade e preocupação nos pais em procurar ajuda aos seus filhos, pois de acordo com a entrevistada;

Eu descobri com diagnóstico documentado nos cinco anos, mas desde um ano e nove meses a gente vai ao neuropediatra e aí então o que atendia ele me descartou o autismo, disse agora que meu filho não era autista, e eu insisti, fui atrás com outra profissional e com cinco anos, quatro anos e um pouquinho, cinco mesmo, agente conseguiu fechar o diagnóstico. Ele não falava, comunicação só puxando a mão e apontando (MÃE III, 2022).

A identificação de atraso no desenvolvimento pode perceber nos primeiros anos de vida através do desenvolvimento da criança. O diagnóstico adequado do autismo e as intervenções de apoio comportamental, bem como medicações, terapias e apoio educacional seja ofertado

mais precoce possível para levar melhores resultados. Sem o diagnóstico ou a falta de conhecimento sobre o mesmo, além de causar ansiedade Homercher (et al, 2020) afirma que;

No Brasil, embora o diagnóstico do TEA esteja sendo realizado cada vez mais precocemente, dada a ampla divulgação do tema, é necessário conhecimento para evitar que, os sinais de risco psíquico sejam compreendidos como critério para o estabelecimento de um diagnóstico precipitado de TEA.

Consoante à fala da MÃE III e os autores acima a necessidade de preparo e capacitação dos profissionais em pontuar um resultado do diagnóstico pode causar sérios danos e fazer com que o tratamento retarde. Na maioria das falas dos pais, percebe-se que a criança é autista com o passar dos anos não estava se comunicando como deveria conforme sua idade, assim teve atrasos na fala, em andar, sentar e comunicar sendo uns dos principais sinais que pode constatar o transtorno.

O diagnóstico é um documento que proporciona a família o acesso ao laudo médico e possíveis tratamentos para reduzir sintomas do autismo como Brites e Brites (2019, p.89) afirma que abrirá portas para a criança e para família ao qual tenham seus direitos garantidos por leis nos mais diversos eixos da vida civil.

3.2 IMPACTO DO DIAGNÓSTICO DE AUTISMO NA FAMÍLIA

Para compreender este início dessa caminhada de experiência e de luta foi possível alcançar nas falas das mães e do pai os encaminhamentos de diagnóstico mediante o autismo;

E quando veio o laudo do autismo né caiu nos meus ombros uma realidade e o que eu descobrir nisso tudo que eu vi que o que ele tinha no atraso tanto na fala quanto no desenvolvimento como na própria coordenação motora dele tinha uma fonte, que até então você acha que seu filho é normal por assim dizer, mas você está vendo que teu filho está atrasado, que teu filho não está prestando atenção, que teu filho que brincar teu filho não entende. [...] olha a preocupação que eu tive com ele foi inúmera, primeiro eu não conhecia o espectro. [...] e ele não sabe montar palavras ele tem essa dificuldade, quando eu fui levar ele no neuro foi feito os exames lá a neuropediatra detectou que ele teria um atraso no desenvolvimento e ele teria dificuldade na aprendizagem dele (MÃE I, 2022).

Mediante a experiência dos pais ao longo da trajetória de vida com seus filhos que ambos são distintos, percebemos grande preocupação a partir do diagnóstico e que passos são dados mais largos a procura de melhoria para vida do filho. Primeiro, por nem todos saberem o que é o autismo e então surgem dúvidas, questionamentos como na fala da MÃE I a qual mencionou que não tinha conhecimento e não sabia o real conceito do autismo, logo se sente

impotente, sente-se despreparada para as grandes mudanças físicas, psicológicas e sociais que terá de enfrentar (MARIANO, 2019, p. 4), pois surge à insegurança, frente às expectativas de mãe ideal e filho ideal e as dúvidas em relação ao desconhecido vêm à tona semelhantes à MÃE III que afirmam suas palavras que “*quase pirei, quase enlouqueci porque pra mim era muito difícil, sou mãe de duas e pra mim era muito novo*” (MÃE III, 2022). E quando o primeiro diagnóstico é concluído como o caso do PAI I;

Assim aos cinco anos fechou o diagnóstico por um profissional, e hoje o Ro. tem 9 laudos de 7 médicos diferentes eu sempre quis não duvidar acho que não podemos duvidar de um laudo médico, podemos até discordar, mas não podemos duvidar pois passa quase 8 anos estudando essas questões e sabe muito sobre isso, mas eu quis confrontar sobre isso, por isso o Ro. tem esses laudos de 7 médicos diferentes, todos da área, são psiquiatra infantil, pediatra, neuro e é fechada o laudo dele com Transtorno De Espectro Autista e também tem Deficiência Intelectual Moderada (PAI I, 2022).

Mesmo sabendo do diagnóstico que o profissional da área da saúde concedeu o PAI I o mesmo quis buscar outros profissionais para reafirmar o laudo do seu filho, como Mariano (2019, p. 24) afirma que é necessário para pode buscar o conhecimento das técnicas terapêuticas de tratamento do autismo. Já a MÃE II em seu diálogo afirma que após o primeiro diagnóstico do seu filho ela iniciou o tratamento, pois, “*Ele está assim com acompanhamento com a terapeuta que ele está olhando no olho da gente mais antes não olhava e até hoje ele não fala direito,*” (MÃE II, 2022). Apesar de ser recente a descoberta do autismo, em que seu filho tem quatro anos e o diagnóstico veio aos dois anos de idade e assim são maiores os desafios por não ter o acompanhamento do pai da criança, segundo a MÃE II não tem o apoio do pai da criança e consoante ao que a mãe diz o pai não quer o contato com o filho. E a figura do pai é importante na vida de um filho e certamente, uma sobrecarga de responsabilidade repousará sobre os ombros da mãe (MARIANO, 2019, p. 22).

Como a figura do pai é importante também para partilhar o afeto, amor e carinho que o filho necessita, além de acompanhar em momentos importantes da sua vida como a saúde e educação. Como PAI I questiona; como podemos ter um acompanhamento entre saúde e logo depois à escola? Em resposta é necessário o acompanhamento da saúde e escola para garantir a educação. A escola é fundamental na vida de um cidadão e necessário para romper barreiras na sociedade e eliminar preconceitos e frustrações como citado na fala da entrevistada MÃE III;

Eu descobrir com diagnóstico documentado com cinco anos, mas desde um ano e nove meses a gente vai ao neuropediatra e aí então o que atendia ele me descartou o autismo, disse que meu filho não era autista, e eu insisti, fui atrás com outra profissional que foi a doutora S. e com cinco anos, quatro anos e um pouquinho, cinco mesmo, agente conseguiu fechar o diagnóstico do J. [...] a escola foi fundamental na vida do J. [...] Mas o ano passado na escola ele não era agressivo e ele estava ficando agressivo e este ano já conseguiu controlar, e todo pela frustração, por isso é muito

importante conseguir trabalhar os dois juntos saúde e educação, e para que esse processo aconteça à gente tem que conseguir avançar. E trabalhamos um dia após o outro e assim aconteceu algo de inusitado na vida social do J. (MÃE III, 2022).

A educação se complementa com a saúde em meio ao autismo? Simples, a criança autista precisa de terapia, tratamento e até medicações e na escola, onde tem ensino e aprendizagem o próprio autor Mariano (2019, p. 21) cita em seu artigo com apoio dos pais os filhos desenvolve capacidades que, mesmo parecendo adormecidas, estão latentes, apenas esperando que certos estímulos os despertem.

Cada passo das mães e dos pais com os seus filhos por um futuro melhor são grandes os desafios e, é preciso muita força por muitas vezes ter que lutar sozinho para realizar o sonho junto ao seu filho. E sozinha não dá é preciso do apoio da família, dos profissionais e tentar resolver para avançar em todas as etapas de vida social e educacional.

No processo educacional são muitos os fatores sociais que atrasam o processo de ensino e de aprendizagem e ter uma escola preparada com todas as metodologias, seguindo as legislações brasileiras a respeito do autismo, facilita todos os processos de ensino e na realidade de nossas escolas brasileiras em grande maioria estão atrasadas em meio à inclusão.

3.3 DESAFIOS DOS ALUNOS AUTISTAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS

Assim surge a dúvida em meio aos entrevistados, sobre acertos e desafios durante o período escolar que, portanto, responderam;

Na escolinha que foi passado atividades adaptadas pra ele nossa pra mim foi uma maravilha, ele tinha que ter contato com folha, com grampo, com algodão com papel com muita coisa nas atividades dele. E eu já vim sentindo essa deficiência nessas atividades adaptadas agora que ele estar no 2º ano, à escola onde ele estar não está passando atividades adaptadas porque falaram que ele tem uma cuidadora com ele, só pra ele, que graças a Deus ele tem, eles disseram que não precisa porque elas querem ver até onde ele consegue acompanhar a turma (MÃE I, 2022).

Conhecer as metodologias frente às atividades para crianças autistas é um diferencial para o professor e para a escola e para o desenvolvimento dos pequenos que estão dentro do Espectro. Como citado acima a MÃE I compreendemos que cabe aos pais fornecer aos profissionais da educação informação sobre o desenvolvimento do filho sobre as atividades e cabe também aos professores a parceria dos pais partilhando de forma adequada em informação e estratégias nas necessidades das atividades de aprendizagem, visando garantir a inclusão dos alunos com deficiência e dos pais em todo o processo (BRANDÃO; FERREIRA, p. 492), pois como dito pela própria entrevistada; “*neste caso, até aqui entendi e aceitei por assim dizer e*

vejo os cadernos dele, vejo as tarefinhas dele e faz, eu até perguntei para professora si é ele mesmo que tá fazendo e ela falou: _ é sim!” (MÃE I, 2022), então a mãe se sentiu incluída no desenvolvimento dos seus filhos.

Como o sonho dessas mães e do pai é que seu filho acompanhe a turma, acontece que algumas crianças além da criança ter o autismo também tem outro transtorno que torna o ensino ainda mais desafiador e quanto a isto;

“E vou ser sincera”; está difícil porque ele tem muita dificuldade tem a parte do TDH que faz com que ele se desconcentre muito rápido que ele não preste a atenção que ele demore mais para captar certas coisas mais complexas como falar ou dizer assim as frases ele não fala o “R.” (MÃE I, 2022).

Ademais, o conceito de inclusão não se refere somente ao aluno, mas todo o contexto do ambiente de aprendizagem, uma vez que todos envolvidos no ensino vejam a criança como um todo e avaliem o aprendizado como o filho do PAI I a educação se torna inclusiva, pois;

O R. por Exemplo, teve início no ano letivo eu fiz questão de ir pra escolas, junto com a escola, junto com os professores de 7 ano dos professores antigos de ensino religioso e de matemática, outros professores como da sala de recurso, agente construiu junto o plano individual pra ele, quando todos estão envolvidos. [...] O R. que está no 7º ano, ele terá um atendimento na sala de recurso multifuncional chamado de educação Especial, que algumas pessoas chamam de AEE, no contra turno(PAI I, 2022).

A sala de recurso é um espaço onde possui materiais didáticos e pedagógicos destinados ao Atendimento Educacional Especializado, como esforça na resolução nº 4 de 2009 no art. 5 onde diz que;

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (RESOLUÇÃO N.4, 2009).

Não obstante em algumas escolas essa modalidade é no contra turno como o filho do PAI I, e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) é feito o Plano Educacional Individual também conhecido como Plano de Atendimento Individual, auxiliando o currículo oficial, especificando e estruturando o tipo de atividade e apontando qual apoio profissional é conveniente para um estudante de modo que haja estímulos para o ensino e aprendizagem (MENDES; VALADÃO, 2018, p. 6.), e Plano Educacional Individualizado (PEI) no qual é centrado no aluno como um todo tem a participação de toda comunidade escolar junto à família e o próprio aluno em questão.

Essa realidade de participação ativa nem todos podem ter o mesmo acesso como o PAI I, pois além de ser pai o mesmo é professor e conhece por estar por dentro do que deve ser a

inclusão. Entende que, na maioria dos professores ainda não consegue entender que a educação especial é uma modalidade de ensino. Que a criança autista vai ter o mesmo direito a educação ou qualquer outra deficiência tem o direito e o acesso ao mesmo currículo que está inserido. Neste contexto a MÃE II até no momento não tem essa realidade de ensino para o seu filho ao qual a mesma em sua fala questiona;

E ele esta tipo assim na escola ele esta sendo excluído, teve festa junina não o colocaram, eu fiquei muito abalada, pois eu queria que meu filho tivesse participando, dançando brincando e eles (da coordenação escolar) falaram pra mim a cuidadora falou que ele não queria participar, e eu fui saber que ele foi excluído por outra mãezinha, pois tiraram ele com medo dele fazer alguma coisa na hora da apresentação (MÃE II, 2022).

Quando a escola diz ser inclusiva em nosso país, mas a criança é rejeitada pelos colegas ou pela comunidade escolar à inclusão não está sendo exercida como deveria ser, pois a inclusão contrapõe-se a todo e qualquer tipo de discriminação (CARDOSO; BATISTA, 2020) frisando a fala da MÃE II que diz, “com nada no que meu filho estar, é bastante excluído” (MÃE II, 2022).

As ações da inclusão na escola influenciam no resultado da educação que ela oferece, sendo necessário reavaliar e organizar suas práticas pedagógicas para que nenhum desafio seja ele qual for, venha impede o acesso e a permanência dos alunos com autismo ou com outra deficiência (CARDOSO; BATISTA, 2020); no momento de fala da entrevistada MÃE III ela ressalta;

E a escola foi fundamental na vida do J. mesmo que a escola melhor que ele conseguiu estudar foi à escola adventista e até onde ele ta hoje, melhor que eu digo é de entender o processo de desenvolvimento do J. e lá no colégio adventista foi onde o J. aprendeu não somente o que de práxis, o que de conteúdo, o que de matriz da série dele, mas também a escovar os dentes, a ir ao banheiro, a ter autonomia.

Quando a escola enfrenta os desafios tendo profissionais capacitados de teoria e prática como Cardoso e Batista (2020) afirmam que “a escola se torna acessível em todos os sentidos e pronta para lidar com a diversidade apresentada pelo seu público”, diminuindo as limitações do seu aluno e tornando-o independente como o filho da MÃE III de ter autonomia em fazer suas necessidades fisiológicas.

Assim a MÃE III percebeu que seu filho estava tendo autonomia com a evolução de seu filho na escola ela indagou a escola que o profissional de apoio não fosse exclusivo de seu filho, mas de toda a turma para que houvesse uma limitação da criança e segundo a entrevistada; “e hoje já no 2º ano e 3º ano, a gente esta com profissional de apoio do J. mas quem realiza o apoio de verdade pra ele é os coleguinhas da turma, ajudam a desenvolver todas as atividades, claro que a profissional está ali também ajudando ele” (MÃE III, 2022). É importante ressaltar

que o educador mediador deve optar por metodologias adequadas a cada conteúdo abordado e adequar metodologias, quando necessário, para favorecer a aprendizagem com sucesso dos alunos (CARDOSO; BATISTA, 2020).

Mediante a MÃE III outro ponto a questionar é que na maioria dos entrevistados os seus filhos estudam em escolas públicas, já com o J. filho da MÃE III não mais que a realidade de ambas não são tão diferentes pois ainda assim existe barreiras na escola particular pois assim como a MÃE III afirma;

E dentro do ambiente escolar, ele não vive só a parte conteudista mais também a parte social do J. são ali que aprende a lidar com as frustrações, e ele tem que aprender a lidar com as frustrações, esse ano mesmo foi muito difícil. [...] Mas enfim, a experiência com a escola particular é bem complicado, mas estamos ai com direcionamento de construção [...], pois era algo que ele não conseguia alcançar, era um sentimento que ele não conseguia explicar e junto à equipe multi, que a parte da equipe clínica que é da saúde, que [...] nós corremos La com a equipe multi e tenta resolver (MÃE III, 2022).

A equipe multidisciplinar “tem auxiliado toda a equipe escolar a estimular e potencializar o desenvolvimento das crianças com deficiência, considerando suas singularidades orgânicas e sociais” (LOFLLER, *et al*, 2018, p. 601), desse modo a equipe e voltada para demandas sociais, da saúde e familiares frente ao ensino e a aprendizagem da criança.

A escola como sabemos é a base cultural para socialização de uma criança até sua fase adulta, pois é através dela que desenvolvemos habilidades e conhecimento tanto na leitura e escrita. Por tanto vemos na fala dos entrevistados essa preocupação da realização do ensino e de aprendizagem de seus filhos. Não só isso, mais como a MÃE III diz ter autonomia também a quebrar barreiras na comunicação como as frustrações. Mais tanto são as barreiras e desafios para quem tem um filho atípico, a acessibilidade nas escolas, à inclusão que está sempre em construção como vimos nas falas da MÃE I e MÃE II que seus filhos são excluídos e deixados de lado numa atividade escolar.

Para os pais os acertos vivenciados dos seus filhos com uma deficiência ou transtorno na escolarização estão envolvidos, pois além da criança, os educadores e os pais. E mediante a essas questões na fala dos entrevistados vimos o envolvimento da escola junto aos pais em garantir a autonomia, o cuidado com as metodologias, as atividades adaptadas para o ensino das crianças, embora tenha sempre apoio das duas vertentes principais: os pais e profissionais incluindo os da saúde e da educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este momento da pesquisa surge através de uma caminhada em conhecer a experiência de luta dos pais com seus filhos que tem o transtorno do espectro autista por uma educação de qualidade e trouxe contribuições relevantes que permitiram refletir e problematizar o quão é importante relacionar teoria com as práticas, portanto apresento algumas considerações.

Percebe-se que a educação inclusiva ou inclusão escolar tem muito a melhorar em nosso país. Em meio às políticas de inclusão que são reconhecidas através das matrículas na rede escolar ao qual distingue se essa escola está apta a incluir, por preparo da instituição e dos profissionais, das metodologias que deixam a desejar, no que acaba dificultando a adaptação dos alunos com autismo.

No Brasil o número de crianças com deficiências e a procura por uma inclusão escolar tem aumentado a cada dia, se tornando mais forte. E cabe a todas as redes de ensino, pública ou privada o preparo e criar metodologias assertivas para que não fique somente com o nome de inclusiva, mas que seja inclusiva.

O que se busca e que todos na rede de ensino tenha uma educação de qualidade, que aprendam a conviver com as diferenças. O pai e a mãe estão nessa caminhada incansável de garantir essa educação a seus filhos e de serem tratados iguais na sociedade, diminuindo as diferenças e contribuindo para eliminação do preconceito e cabe a toda comunidade escolar, principalmente aos professores com que essa realidade aconteça.

Concluir-se em meios às leituras e sobre a pesquisa que a escola segundo Brites e Brites (2019, p. 143) deve oferecer a criança uma série de estímulos corretos respeitando suas limitações criando metodologias para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, levando em conta o amor, o carinho a compreensão e o afeto pela criança sendo deficiente ou não, pois assim na fase adulta esta criança terá uma vida feliz agradável na sociedade, não somente a criança mais aos pais que acompanha o filho em todo o tempo. É preciso que não seja somente um ato, ou legalizações, mas um processo cultural envolvendo a sociedade para quebra de preconceitos fazendo com que o princípio da educação seja realmente responsabilidade de todos.

5 REFERÊNCIAS

ANTÔNIO, C, G. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 41.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 Nov. 2022.

BRITES, L; BRITES, C. Mentres Únicas. 3.ed. São Paulo: **Editora Gente**, 2019, p. 89-143.

BRASIL, Lei n. 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.764%2C%20DE%2027%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202012.&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,11%20de%20dezembro%20de%20201990>. Acesso em: 20 Nov. 2022.

BRASIL, Lei n. 12.977 de 08 de janeiro de 2020. Política Nacional de Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13977.htm>. Acesso em: 01 Dez. 2022.

BATISTA, L, A; CARDOSO, M, D, O. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 44, 17 Nov. 2020. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>>. Acesso em: 31 Nov. 2022.

BRANDÃO, M, T; FERREIRA, M. Inclusão de Crianças com Necessidades Educativas Especiais na Educação Infantil. ed. **Revista Brasil**, v. 19, n. 4, p. 492, Out. 2013. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbee/a/RdYKyf485LtXLGjN6n5yKtn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 Nov. 2022.

DUARTE; A, E, O. Aceitação dos pais para o transtorno do espectro autista do filho. **Revista Internacional de apoyo a lainclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad**, v. 5, n. 2, p. 53-63, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5746/574660910005/html/>. Acesso em: 01 Dez. 2022.

ESBOÇO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO NO BRASIL. **Universia**, 2019. Disponível em: <<https://www.universia.net/br/actualidad/orientacao-academica/esboco-historico-da-educacao-especial-e-inclusao-brasil-1164931.html#:~:text=Foi%20na%20C3%A9poca%20de%20D,mudos%20e%20os%20deficientes%20visuais.&text=O%20quadro%20muda%20com%20o,e%2030%20do%20s%C3%A9culo%2020>>. Acesso em: 30 Nov. 2022.

GONÇALVES, A, P; et al. Transtornos do espectro do autismo e psicanálise: revisitando a literatura. **Periódicos Eletrônicos em Psicologia**, v. 42, n. 2. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382017000200008>. Acesso em: 22 Nov. 2021.

LAKATOS, E, M; MARCONI, M, A. Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos Básicos, Pesquisa Bibliográfica, Projetos e Relatório, Publicações e trabalhos Científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992, p. 44.

LOFFLER, D; et al. O trabalho multidisciplinar voltado à Educação Inclusiva: uma importante experiência vivida na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo/UFSM. 1º **seminário**, 2018, p. 601-605. Disponível em: <<https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-5/completo-13.pdf>>. Acesso em: 01 Dez. 2022.

MARIANO, G, A, C. Análise Das Reações Emocionais E Comportamentais Em Mães De Crianças Com TEA Frente Ao Diagnóstico Do Seu Filho. Santa Catarina, 2019, p. 04- 25. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10467/1/artigo%20cient%20c3%ad%20fico-Geovana%20Aparecida%20Chagas%20Mariano.pdf>. Acesso em: 25 Nov. 2022.

MENDES, E, G; VALADÃO, G, T. INCLUSÃO ESCOLAR E O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: **Estudo Comparativo Sobre Práticas de Planejamento em Diferentes Países**. Revista Brasileira de Educação. 2018, v. 2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJJDHWr3xyVzztRdVjdhJSg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 Nov. 2022.

(1) O QUE É O TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO (TGD)? **Instituto Neurosaber**, 2018. Disponível em: <[O UNIVERSO PARTICULAR DO AUTISMO. **Medicina.In**, 2021. Disponível em: <\[https://www.medicina.in/conteudo/autismo?gclid=CjwKCAiAs92MBhAXEiwAXTi257s3aKwbXJLuR465jyt0W-I5lAwkq3DwzYuF84i7dE3T0bZorF-VBoCVmkQAvD_BwE\]\(https://www.medicina.in/conteudo/autismo?gclid=CjwKCAiAs92MBhAXEiwAXTi257s3aKwbXJLuR465jyt0W-I5lAwkq3DwzYuF84i7dE3T0bZorF-VBoCVmkQAvD_BwE\)>. Acesso em: 17 Nov. 2021.](https://institutoneurosaber.com.br/o-que-e-o-transtorno-global-desenvolvimento-tgd/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20DSM,do%20Espectro%20Autista%20(TEA)>>. Acesso em: 20 nov. 2021.</p>
</div>
<div data-bbox=)

OLIVEIRA, B, D, C; et al. Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação. Rio de Janeiro: **Revista de Saúde Coletiva**, n. 3. p. 708. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/BnZ6sVKbWM8j55qnQWskNmd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 Nov. 2022.

PEREIRA, J, A.; SARAIVA, J. M. Trajetória Histórica Social Da População Deficiente: **da exclusão à inclusão social / The social historical trajectory of persons with disabilities: from exclusion to social inclusion**. 2017, v 40. p. 170-171. Brasília: **Revista Ser Social**, 2017.

RESOLUÇÃO n. 4, de 2 de outubro de 2009. (2009). Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 01 Nov. 2022.

SAIBA O QUE É AUTISMO REGRESSIVO. **Instituto Neurosaber**, 2021. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/saiba-o-que-e-autismo-regressivo/#:~:text=As%20habilidades%20afetadas%20pelo%20Autismo%20Regressivo&tex>

[Enquanto a maioria das descrições, frequências e palavras que perdem palavras.](#) Acesso em: 16 Nov. 2022.

APÊNDICE



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:

Profissão:

Estado Civil:

Data da entrevista: 19/ 07/ 2022 Horário: 16h00min.

Plataforma usada para realização da entrevista: *Google Meet*

Tema: **Inclusão Escolar:** Compreender a Experiência de Luta dos Pais de Crianças Autistas Pelo Direito a Educação

Perguntas norteadoras

- Você pode falar um pouco sobre quais os primeiros sinais no desenvolvimento do seu filho com autismo que gerou certa preocupação?
- Quais foram os primeiros encaminhamentos a partir da constatação do autismo?
- Quais os acertos e desafios ao longo da caminhada vivenciada na escolarização?

*obs.: O link será enviado 30 min. Antes para organizar. Vai haver uma pequena apresentação si cumprimentando, em seguida o entrevistador fará abertura dizendo do que se trata o trabalho e dará início á entrevista.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

CEDENTE:

Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____

Profissão: _____

Residente e domiciliado na _____

CESSIONÁRIO: Universidade Federal do Pará/ Faculdade de Educação/ Curso de Pedagogia estabelecido na Rua Cel. José Porfírio - Recreio, Altamira – PA.

Objeto: entrevistas gravadas, fotografadas, filmadas e cessão de materiais pessoais para a Pesquisa intitulada **INCLUSÃO ESCOLAR: Compreender A Experiencia De Luta dos Pais De Crianças Autistas Pelo Direito A Educação.**

Do Uso: Declaro ceder à Pesquisa **Dilcilene Reis da Silva**, orientado por **Roseane Rabelo**, sem quaisquer restrições quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros às gravações de voz e imagem, de caráter histórico e documental, realizada na cidade de Altamira, no estado do Pará, registados pelo próprio discente.

O responsável pelo Projeto de Pesquisa fica autorizado a utilizar o material gravado, divulgar e publicar, para fins de pesquisa, como relatório de pesquisa, edição de documento, em vídeo, CD ROOM, fotos ou livro, no todo ou em parte, editado ou não, com a ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autoria.

Altamira, 19/ 07/ 2022

Assinatura do cedente

Assinatura do Prof. Responsável pela pesquisa